

Ata da 29ª Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – Consea/DF, em 23 de maio de 2013.

1
2 No dia 23 de maio de 2013, às 9h30, na sede da Embrapa, sala Álvaro Barcelos, a
3 Presidente do Consea-DF, Abiail Ferreira iniciou a 29ª Reunião Ordinária do Consea
4 – DF com a seguinte pauta: (1) Abertura; (2) Aprovação da pauta; (3) Informes -
5 pelo Secretário Executivo do Consea-DF; (4) Encaminhamentos do Grupo de
6 Trabalho; (5) Palavra do Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de
7 Renda Sr. Daniel Seidel; (6) Apresentação do GT e Secretaria de Educação – PNAE,
8 com foco na compra da Agricultura Familiar e no Programa Refeições Adicionais;
9 (7) Debate; (8) Aprovação da lista de entidades para participação das plenárias do
10 Consea DF; (9) Palavra dos conselheiros e (10) Encerramento. Os presentes na
11 reunião foram: a presidente do Conselho Abiail Ferreira; da Secretaria de Estado de
12 Desenvolvimento Social e Transferência de Renda a representante Zorilda Gomes;
13 da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural o representante
14 Lúcio Flávio da Silva; da Secretaria de Estado de Educação o representante José
15 Alves e a conselheira suplente Eliene Ferreira Sousa; da Secretaria de Estado de
16 Meio Ambiente e Recursos Hídricos o representante Ademilson Pereira de Araújo;
17 da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento a conselheira suplente
18 Elaine Corradini; da Secretaria de Estado de Saúde a representante Mariana
19 Martins; da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico o conselheiro
20 suplente Carlos César Soares; da Pastoral da Criança do Distrito Federal a
21 conselheira titular Gildete Soares Andrade; da Cáritas Brasileira o conselheiro titular
22 José Boaventura Teixeira; do Departamento de Nutrição FS/UNB a conselheira
23 titular Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro; da Organização não Governamental –
24 GENESIS a conselheira titular Clara Terko Takaki Brandão e a conselheira suplente
25 Ana Maria Campani; do Instituto de Cooperação Desenvolvimento Humano e Social
26 – CODHES a conselheira suplente Elza Caetano; da Casa Afrocultural e de
27 Assistência Tenda de Oxalá o conselheiro titular André Luiz de Souza Santos; do
28 Instituto Brasil Floresta Sagrada – IBRAFS o conselheiro suplente Alexandre Silveira
29 de Souza; do Movimento Nacional de População de Rua o representante Luiz
30 Monteiro da Silva; dos Indígenas do Noroeste o conselheiro titular Rafael Wedero
31 Wa Were E; da Pastoral da Pessoa Idosa a conselheira titular Ana Maria Ferreira
32 Melo; do Conselho Regional de Nutrição – CRN a conselheira titular Mara Saleti De
33 Boni; do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal -
34 CDRS a conselheira titular Maria do Socorro Marques Miranda e a conselheira
35 suplente Cleusa Maria da Silva; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

36 DF e Entorno FETADFE o conselheiro titular Itamar Gomes Vitor; do SESC-MESA
37 BRASIL a conselheira suplente Karla M Tristão; do Observatório de Políticas de
38 Segurança Alimentar e Nutrição – OPSAN a conselheira titular Elisabetta Recine; do
39 Serviço Social da Indústria do distrito Federal SESI a conselheira titular Angela
40 Aguirra Fiorese e a suplente Fernanda Gomes Carvalho da Silva; da Secretaria
41 Executiva do CONSEA DF Hérmãos Moreira Machado e a Assessora Rosangela
42 Oliveira Freire; e os convidados: pela SUBSAN/SEDEST: Gabriela Franco, Helen
43 Altoé Duar Bastos, Andrielle H.R. de Oliveira, Fernanda Cecília Rodrigues, Paula
44 Nogueira de Miranda, Bruna Gabriella B., Bruna SampaiCamila Naves, e os
45 estagiários: Natália A. de Oliveira e Priscila Olin Silva; da CAISAN DF: Bianca
46 Lazarini; NUSAN-CO Giselle Garcia, Iara Campos; da CORAE-SEDF Marina Vilela;
47 da GERSAN/SUBSAN Luciane da Silva Timoteo; da OPSAN Bruna Santos Nunes; da
48 Emater DF Camila Braz e da ASPAG Edilson Lorena. A presidente Abigail Ferreira,
49 deu boas vindas a todos e todas, dando início a plenária, convidando para compor a
50 mesa o subsecretário da educação José Alves, Zorilda Gomes representando o
51 secretário Daniel Seidel, e Lúcio Flávio representante da SEAGRI. Passou a palavra
52 para o secretário executivo, Hérmãos Machado, que deu boas vindas a todos e
53 prosseguiu com sugestões para aprovação da pauta. Aprovada a pauta pelo pleno,
54 começou os informes: a Exposição de Motivos da plenária Agricultura no DF, ainda
55 não foi elaborada devido a problemas de agenda dos conselheiros, mas logo que
56 ficar pronta será enviada aos conselheiros para aprovação e posterior entrega ao
57 Governador. Prosseguiu informando que o Banco de Alimentos DF recebeu uma
58 doação da CONAB do Rio Grande do Sul, foram 90 toneladas de arroz, 300
59 toneladas de sucos e também leite em pó. A coordenadora do BA pediu a
60 intermediação do Consea para conseguir transporte para trazer estes alimentos, e
61 através da presidente do Consea entramos em contato com a Defesa Civil para ver
62 a possibilidade do órgão referido, transportar os alimentos descritos. Para finalizar
63 passou para Bianca Lazarini, secretária executiva da CAISAN, que socializou com
64 todos(as) os andamentos sobre o I PDSAN, que teve uma reunião ampliada da
65 CAISAN, no dia 15 de maio, do Pleno Secretarial e Pleno Executivo, coordenada
66 pela primeira dama, Ilza Queiroz, secretário Daniel Seidel . Explicou que dos cinco
67 capítulos, três já foram elaborados, e estão sendo revisados pelo o Comitê Técnico
68 I, que tem participação dos conselheiros do Consea-DF designados para este
69 comitê. Algumas datas ficaram acordadas nesta reunião, e a sugestão do secretário
70 Daniel Seidel é que o I PDSAN seja lançado em 16 de outubro, na semana da
71 mundial da alimentação, e para isto acontecer, haverá reuniões quinzenais do
72 Comitê Técnico I, sendo duas reuniões do Pleno Executivo até outubro, a primeira

73 em 31 de julho e outra em 25 de setembro. Na primeira quinzena de agosto, o
74 Plano deverá ser colocado no site da SEDEST, ficando 15 dias para consulta pública,
75 para que a sociedade civil faça suas contribuições ao Plano. Vai ser realizada oficina
76 técnica com o Consea-DF, governo e outras pessoas ligadas a área de SAN, nos
77 dias 21 e 22 de agosto. E, possivelmente no final de agosto, fazer uma audiência
78 pública na câmara, para que seja ratificado o I PDSAN com toda a sociedade civil. A
79 presidente agradeceu as informações e passou a palavra para os coordenadores da
80 mesa. Todos se apresentaram, deram boas vindas, e agradeceram a oportunidade
81 de poder colaborar com informações para o debate. Após a apresentação da mesa,
82 foi passado para os conselheiros que estão pela primeira vez, para apresentação:
83 Elza Caetano pela CODHES, José Boaventura Teixeira pela Cáritas Brasileira, Luiz
84 Monteiro da Silva pela População de Rua, Carlos César Soares de Paiva da
85 secretaria de desenvolvimento Econômico. Também se apresentaram Camila Braz
86 da Emater-DF, com a gerência de Desenvolvimento Econômico Rural, Luiz Torres
87 presidente de cooperativa (COPAS) que fornece leite para o PNAE, produtos lácteos,
88 Dilson Magalhães presidente da Associação dos Produtores Rurais de Alexandre
89 Gusmão em Brazlândia, representando 200 associados, e Diego também
90 representando a ASPAG. Bianca lembrou que a Dr^a Ilza Queiroz juntamente com o
91 secretário Daniel Seidel solicitou que as secretarias ratificassem as indicações para
92 o Conselho e para a Câmara, ficando um mesmo representante para ambos. Hérmanos
93 passou para o ponto (6) da pauta, para a apresentação da Secretaria de Educação
94 sobre o PNAE, com o subsecretário José Alves que iniciou dizendo ser adepto que o
95 debate é mais importante do que a exposição, e no debate se constrói melhor.
96 Sobre o PAE-DF, temos a árdua tarefa de servir cerca de 520 mil refeições todos os
97 dias, não é uma tarefa fácil, quando há um público espalhado por todo o Distrito
98 Federal, existem as dificuldades de aquisição do governo, e isso tem sido tema de
99 debates com a SEAGRI e com o Governo como um todo, no sentido de buscar
100 simplificação na aquisição, principalmente dos alimentos e a simplificação de
101 algumas leis que foram criadas para facilitar aquisição da compra da agricultura
102 familiar. O Programa de Alimentação Escolar contribui para o crescimento e o
103 desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a
104 formação de práticas saudáveis dos alunos por meio de ações de educação
105 alimentar e nutricional e da oferta de gêneros alimentícios que cubram as
106 necessidades nutricionais durante o período letivo. Tem como público, alunos
107 matriculados nas Instituições da Rede Pública de Ensino do DF e Entidades
108 beneficentes cadastradas. Atendendo a Educação Infantil (Creche e Pré escola); o
109 Ensino Fundamental; o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, tendo

110 obrigação de dar alimentação . As dimensões do PAE: Aquisição e distribuição;
111 Cardápios e educação nutricional no contexto dos hábitos alimentares – dimensão
112 pedagógica; Infraestrutura da SEDF, com foco em equipamentos e utensílios;
113 Controle de qualidade nos locais de produção da alimentação escolar; Recursos
114 humanos; Definição, resultados e desafios a serem superados. A respeito da
115 aquisição de alimentos, existem discursões para obter a aquisição de alimentos de
116 maneira mais ágil, eficiente e eficaz. O processo licitatório leva 1 ano e isso causa
117 sérios problemas com os fornecedores. Precisamos alterar os prazos para aquisição
118 e discutir a lei que rege estas aquisições. As modalidades de licitação são: pregão
119 eletrônico, sistema de registro de preços, adesão à ata e Chamada Pública. A
120 Aquisição da Agricultura Familiar tem crescido sistematicamente, o orçamento vem
121 crescendo sistematicamente. Atendimento a 500 mil alunos da rede pública de
122 ensino do Distrito Federal; em 2011: contratou 6,7 milhões (36%) dos 18,6
123 milhões; em 2012: execução de R\$ 3,7 milhões. Os avanços: maior abrangência
124 de gêneros e o problema do baixo número de cooperativas para atender o PAE-DF.
125 Em 2012 a Resolução CD/FNDE nº 25: aumenta limite individual de 9 mil para 20
126 mil. Para 2013, aproximadamente 20 milhões estão previstos para investimento em
127 contratos destinados a aquisição de produtos da agricultura familiar. Para executar
128 este orçamento, temos que nos organizar, trabalhar junto com a SEAGRI e junto
129 com os produtores, ter cuidado na operacionalidade de tudo isso. Desafios a serem
130 enfrentados: Questão orçamentária, é super importante que os royalties do
131 petróleo venham para a educação, que tem retorno garantido; diminuição da
132 burocracia dos processos de aquisição, tem que ser discutido com o legislativo,
133 executivo e judiciário; divisão do DF em lotes, para facilitar o fornecimento para o
134 pequeno produtor e a dificuldade na execução dos contratos. A educação alimentar
135 e nutricional é importante para formação de hábitos alimentares saudáveis, com a
136 Refeição Complementar: Inclusão de refeição complementar em escolas que
137 atendem alunos dos territórios de vulnerabilidade social do Distrito Federal, com
138 base em mapeamento de 2010, pelo DIEESE/SEDEST; Incluída também em escolas
139 rurais; Em 2012, foram atendidas 70 instituições educacionais em áreas rurais e de
140 vulnerabilidade social, perfazendo um percentual de 56% do total previsto. Hortas
141 escolares: Articulação CORAE/Educação Ambiental da SUBEB/EMATER para formar
142 multiplicadores com o objetivo de implantar hortas escolares com foco pedagógico,
143 ambiental, alimentar e nutricional na rede pública de ensino do DF; Realização do II
144 Seminário de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar; Fórum de discussão
145 sobre alimentação escolar e agricultura familiar com envolvimento de SEE-DF,
146 SEAGRI-DF, EMATER-DF; Criação de Grupos de Trabalho envolvendo profissionais

147 que atuam no Programa de Alimentação Escolar. Desafios a serem superados:
148 Cantinas escolares, é uma preocupação, são mais de 270 famílias envolvidas, o
149 tribunal mandou retirar e depois voltou atrás; Inclusão da temática alimentação
150 saudável no Projeto Político Pedagógico das escolas e a Importância do
151 envolvimento dos professores. Infraestrutura da SEDF: Equipamentos e utensílios;
152 Proposta em andamento de substituição dos atuais utensílios (pratos, talheres,
153 copos); Necessidade de equipar cozinhas com maior número de equipamentos
154 (freezers e geladeiras); Obras e reformas e a Necessidade de ampliação dos
155 espaços de produção de alimentos de forma a possibilitar a manipulação e
156 elaboração de refeições diversificadas. A questão do Controle de qualidade:
157 Elaboração de nota técnica para embasar recepção dos gêneros nas escolas;
158 Reformulação do Manual de Alimentação Escolar do PAE-DF; Discussão dos
159 instrumentos de supervisão; Discussão dos procedimentos de controle de qualidade
160 realizados em conjunto com outras instituições (LACEN/SES e VISA-DF). Recursos
161 Humanos que temos: Nutricionistas; Manipuladores de alimentos; Merendeiros do
162 quadro; Merendeiros terceirizados; Diretores e Professores; Técnicos
163 Administrativos e o Conselho de Alimentação Escolar – CAE. Os desafios do PAE-
164 DF: Diminuir lentidão dos processos de aquisição; Implantar sistema informatizado
165 no sentido de organizar a execução do PAE, que se adeque a realidade da
166 alimentação escolar do Distrito Federal. Finalizou a apresentação agradecendo e
167 dizendo que tentou expor quais as condições e os problemas existentes, que estão
168 trabalhando para melhorar a qualidade do alimento para os nossos alunos, e
169 melhorar as formas de aquisição com os parceiros e com todos os envolvidos no
170 processo. A presidente Abigail Ferreira agradeceu o José Alves e passou a palavra
171 para o Luiz Torres, representando a COPAS. Parabenizou o Conselho que chamou
172 os produtores para dar seus depoimentos sobre o Programa de Aquisição de
173 Alimentos, que são de extrema importância. A cooperativa tem 12 anos, e desde
174 2009 fornece para o PNAE. Investir numa pequena cooperativa não é fácil, é uma
175 luta diária, tem o exemplo de um contrato de novembro de 2012, e para executá-
176 lo foi necessário comprar uma máquina no valor de 30 mil reais para atender a
177 demanda, mas, até agora não entrou o recurso previsto e não entregou nenhum
178 sachê, este é um desafio que tem que ser enfrentado. Não é fácil programar uma
179 pequena cooperativa, são 150 agricultores familiares, sendo 200 cooperados, e tem
180 produtores lá que entregam 10 litros de leite ao dia, que no final do mês vão
181 receber um cheque de 200,00 reais pela produção, é onde se vê a importância
182 deste programa, porque dá alimento de qualidade e gera renda para o pequeno
183 produtor. O alimento que vende para o PNAE dá uma rentabilidade se for bebida

184 láctea de 30% sobre o preço do leite entregue na cooperativa, as vezes a
185 rentabilidade do pequeno produtor é de 0,19 centavos. Os produtos da cooperativa
186 tem uma boa aceitação. O desafio é que existem poucas cooperativas, mas, com as
187 DAPs que temos poderíamos vender 3 milhões mas só temos um contrato de 860
188 mil. Edilson Lorena da ASPAG, falou que é um prazer imenso em representar neste
189 Conselho os agricultores, que por sinal estão todos ansiosos por notícias desta
190 reunião. O problema existe, não conseguem dar continuidade nem que seja pouco,
191 se organizam e acabam ficando sem a demanda e no prejuízo, tudo depende de
192 uma logística, contingente de pessoal e administrativo, e estão sem condições, está
193 existindo esta falha, dentro 3 anos conseguiram só duas venda, estão esperando o
194 fechamento da terceira venda, já nos meados do ano e esperamos levar boas
195 notícias aos produtores. A presidente agradeceu a fala dos representantes da
196 cooperativa e associação, passando a palavra para a conselheira Elisabetta Recine,
197 coordenadora do GT – PNAE, que fez o relato dos trabalhos feitos pelo GT: tiveram
198 várias reuniões, dentro das possibilidades estudar, aprender e conhecer diversos
199 aspectos do Programa de Alimentação Escolar, um programa complexo, com várias
200 faces, parcerias e necessidades. A idéia do grupo, apesar do foco na agricultura
201 familiar, procuraram conhecer todo o processo. Foram feitas duas reuniões de
202 mesa; três visitas: realizadas pelos componentes do GT às duas escolas indicadas:
203 CEMEIT, em 25 de abril de 2013, e EC Porto Rico, em 29 de abril de 2013; e uma
204 visita à cooperativa Cootaquara onde havia um representante da COPAS. Nas
205 reuniões do GT foi questionado o que o CONSEA-DF poderia fazer para debater o
206 tema em plenária e que soluções poderiam ser propostas para melhorar a
207 efetividade da execução do programa. O grupo considerou que a questão
208 orçamentária deve ser prioridade na discussão, e que também propostas para
209 melhorar a ineficiência dos processos administrativos, melhorar a relação de
210 entidades de agricultores familiares com a Secretaria de Educação, levantamento
211 de necessidade de adequações na infraestrutura das escolas (espaços de produção
212 e armazenamento de alimentos) e nos quantitativos de servidores que atuam no
213 programa de alimentação escolar, também devem ser considerados. Finalizou lendo
214 um documento que já estava no formato de exposição de motivos, que depois das
215 discussões feitas neste conselho, ganha um formato final para ser encaminhado ao
216 Governador. A presidente parabenizou a Elisabetta Recine e os conselheiros do
217 grupo de trabalho, que teve uma desenvoltura muita boa para trazer os fatos e as
218 realidades o que estar acontecendo para mesa de debates. Agora, vamos ao
219 debate. Começou com a conselheira Elza Caetano que não entendeu muito a
220 respeito dos utensílios, porque cogita colocar louça nas escolas, pode quebrar

221 chegando a virar até uma arma nas mãos dos alunos, e se fosse para trocar por
222 metal, o que se faria com este material todo que seria recolhido. Eliene Sousa diz
223 que como conselheira deste fórum e neste momento também Coordenadora de
224 Alimentação Escolar tem muito prazer de ouvir esta discursão, fica feliz porque o
225 tema tem importância neste fórum e tem certeza que todos os que discutem e
226 militam na segurança alimentar, tem esta clareza do Programa de Alimentação
227 Escolar, um dos programas de provimento alimentar mais antigo, e que tem tido
228 alguns avanços e muitos desafios. A Exposição de Motivos reflete e muito daquilo
229 que se tem, o desafio está posto, tem uma questão orçamentária que é importante,
230 houve uma liberação de recursos de fonte cem do DF Alfabetizado para comprar via
231 PAPA, kit lanche e menos de vinte dias o dinheiro foi contingenciado. Nós
232 contornamos e está publicado novamente. E até respondendo o Luiz, um pouco da
233 questão da demora, por exemplo, na emissão da nota de empenho da agricultura
234 familiar é porque durante os três primeiros meses ficou 33 milhões de reais que
235 tiveram que empenhar, até que saísse a apuração, o reforço desse orçamento teve
236 que ajustar. Quanto a questão da diminuição da burocracia, tem dois exemplos que
237 quer apresentar: A SEDUC está entre as 10 entidades executoras que mais recebe
238 recurso federal, a regulamentação do programa nacional, ele possibilita o repasse
239 do orçamento direto para a escola que ela faça as compras. Tem o exemplo da
240 SEDUC do Rio Grande do Sul em que ela repassa todo o recurso para que os
241 diretores de escola, e teve essa experiência, e teve a presença forte do Tribunal de
242 Contas, da Procuradoria Geral da e por motivo de desvios está retomando a gestão
243 centralizada. Outro exemplo é a SEDUC Paraná que tem um desenho é pouquinho
244 diferente, tem a gestão centralizada como é a nossa aqui, mas ela dispensa do
245 tesouro do estado, 2 milhões para que os diretores façam pequenas compras,
246 podendo melhorar a alimentação. A Secretaria de Educação vem discutindo esta
247 questão, esta possibilidade de descentralização de parte do recurso para que os
248 diretores de escola façam também estas compras. Talvez para dar mais agilidade,
249 talvez o Consea possa colaborar com a Secretaria nesta discursão. Sobre a
250 Educação Ambiental, que foi apontada, também no FNDE, a questão das oficinas
251 pedagógicas com os professores. E quanto aos utensílios, é uma discursão
252 pedagógica, a área técnica fez esta proposta, que foi discutida inclusive com a
253 Universidade de Brasília e a grande produção de alimento tem usado louça pela
254 durabilidade do material, o inox tem a dificuldade na higienização e na
255 transferência de calor, isso falando do prato, a ideia é trazer o talher também de
256 inox. Veja que no EJA chegam à noite e vão comer uma galinhada servida no prato
257 de plástico e colher, então é assim, esta troca é necessária, e o governo federal faz

258 a defesa para de que os utensílios sejam mantidos de plástico. Por fim, dizer que
259 nas compras da agricultura familiar que estão acontecendo agora, teve autorização
260 do FNDE, já está incorporado o custo de logística. O Conselho de Educação Escolar
261 teve a mudança de presidência e vice-presidência, que um conselho que precisa
262 estar neste fórum para aprofundar esta discursão. Finalizou parabenizando o GT, foi
263 muita rica a discursão e o importante é a melhoria da Alimentação Escolar. O
264 conselheiro André Luiz fez uma colocação para o subsecretário José Alves, pedir
265 melhoria no armazenamento dos alimentos nas escolas, e melhor controle do prazo
266 de validade destes produtos, relatou que um diretor ofereceu a uma comunidade
267 carente, alimentos que estavam vencendo, para não jogar fora, tendo em vista a
268 chegada de uma nova remessa. Deve ter um controle nos estoques das escolas. A
269 Sra Elisabetta, falou da importância de um sistema de monitoramento das
270 Exposições de Motivos e pediu que colocasse em pauta para ser discutido. A
271 conselheira Cleusa parabenizou a sistemática apresentada pelo GT e falou do
272 desafio na questão organização para produção, para que possamos ter alimento
273 com abundância porque os que têm condição de produzir estão produzindo e bem,
274 o desafio, e faz o apelo a Emater e a SEAGRI, que tenham um olhar especial para
275 aqueles produtores de pequeno porte que não tem condição de produzir, que
276 possam produzir alimentos com assiduidade e qualidade. A presidente passou a
277 palavra para o subsecretário José Alves para as respostas. Começou respondendo e
278 comentando que vai ser indicado para ser conselheiro no Consea, falou que o
279 Conselho relate os problemas e que também discuta como resolvê-los. A EM que
280 vai ser aprovada e entregue ao governador apresenta pauta de várias
281 reivindicações de vários segmentos, e como a Elisabetta Recine disse, temos fazer
282 o monitoramento, como está caminhando e qual é o tramite. A questão do
283 controle nas escolas é fundamental, do alimento que está entregando e qual está
284 sendo discutido. A questão da lei que amarra a fazer determinada coisa não
285 depende única e exclusivamente do executivo, nos temos que ficar atento a tudo.
286 Propõe ao conselho que indique um GT para debater a legislação para aquisição da
287 alimentação escolar, chamando o judiciário, o legislativo e o executivo, colocando
288 na mesa os representantes dos três lados, tem questão que é insustentável, leva
289 um ano de processo para colocar alimentos para os alunos. Há problemas na
290 legislação e lentidão no processo de aquisição, as vezes tem dinheiro e não tem
291 celeridade, temos que acompanhar isso. Finalizou elogiando o trabalho do GT –
292 PNAE, que fez vistas, que observou, pesquisou, orientou e encaminhou, e que ele
293 tem também feito isso. A presidente disse que foi muito clara a explanação e
294 passou a palavra para a representante da SEDEST. Zorilda Gomes iniciou a fala,

295 lembrando de um seminário sobre alimentação escolar realizado em
296 fevereiro/2013, com a participação de FNDE, SEAGRI e Emater, e nas oficinas, foi
297 tirado vários encaminhamentos para aperfeiçoar a gestão do programa, apontando
298 vários gargalos logística, redistribuição, regularização de entrega, cardápio,
299 calendário agrícola, e pergunta como desdobrou aquelas propostas. Há acúmulos de
300 discursão a em alguns espaços do governo, o PAA, as compra institucionais é um
301 grande avanço do governo federal, tanto para os produtores para as famílias que
302 recebem doações destes alimentos, que cumpre uma dupla função econômica e
303 social, temos uma responsabilidade grande nesta conquista das políticas pública,
304 que começou lá em 2003, que bom que tenha gargalo, não está no zero, as coisas
305 estão acontecendo. E um informe na reunião da CAISAN estaduais, na sexta-feira
306 vai ter um painel com o FNDE/MDS/MDA, discutindo avanços e desafios das
307 compras institucionais. Não pode delegar só para o Consea o monitoramento, pode
308 se formar uma comissão Permanente de monitoramento das políticas públicas,
309 estabelecendo métodos de trabalho. Mas, o governo, teria que vê se temos ou se
310 não temos, um grupo gestor do PAA, das compras institucionais. Há uma previsão
311 dos estados terem seus grupos gestor, que é um espaço do governo discutindo
312 resoluções do programa, emitindo resoluções, portarias. Falou para os
313 representantes da cooperativa e associação embora tem esses gargalos, as
314 dificuldades, mas importantíssimo mantê-los no programa, que não desista,
315 porque o GDF não vai desistir de manter as compras institucionais: PAA/CONAB;
316 PAA/MDS; PAPA e PNAE, é o único que tem 04 compras institucionais com recursos
317 assegurados é o GDF, produção não falta, temos organizar mais, de quem tá fora
318 desta produção. Ter uma comissão permanente no Consea DF para monitoramento
319 e grupo gestor dos programas, vai insistir nisto, é o desafio, que nós temos
320 estruturas para poder avançar no em todas as modalidades do PNAE aqui no
321 distrito Federal. Lúcio Flávio, respondeu a Zorilda que tem sim já um grupo, um
322 fórum de discursão do PNAE, um fórum para discursão do PAA e outro conselho que
323 discute o PAPA. Têm estes espaços, no caso do fórum do PNAE, reuniões ordinárias,
324 sendo em todas nas primeiras terça-feira de cada mês, e tem discutido bastante. A
325 relação da Secretaria de Agricultura com a Secretaria de Educação tem sido muito
326 boa, há a existência de problemas mas buscando a solução destes problemas, tem
327 que chegar no modelo em que equalize as ofertas com a demanda da secretaria,
328 acertas os calendários. Respondendo a Cleusa, falou que nem todos os produtores
329 tem capacidade de se organizar e chegar neste mercado institucional, que estes
330 programas de compras institucionais estão organizados de forma que permite uma
331 intercalação de complexidade de ponto de vista da participação do produtor nos

332 programas. O PAA visa o produtor que não está tão organizado ainda e consegue
333 participar, com limites bem inferiores, com teto de até 4 mil e quinhentos reais por
334 ano, ele faz entrega de 100 reais até o limite que tem no ano, a Emater faz a
335 interlocução, procurar estes produtores, organizar a produção, pode fazer entrega
336 de forma descentralizada, são 04 pontos de unidade de recolhimento e distribuição
337 de alimentos no Distrito Federal, as entidades que são beneficiárias já recebem sua
338 produção no mesmo local, sendo uma ação simultânea, acaba de receber o produto
339 e já distribui para estas entidades. Falou também da importância das cooperativas
340 e associações. O produtor vai se estruturando e melhorando sua produção.
341 Finalizou a fala os programas de aquisição de alimentos tem tanto a questão
342 segurança alimentar que muito grande, mas também a questão do
343 desenvolvimento econômico e social local da agricultura familiar. Bianca Lazarini
344 comentou alguns pontos, primeiro falou sobre a organização dos calendários, de
345 quem vai fazer a logística, mais do que isso, chegou no momento que não dá para
346 pensar em comprar alimentos com os mesmos critérios de compra de canetas e
347 resma de papel. O último ponto é que a CAISAN tem um Comitê Técnico III
348 coordenado pela Secretaria de Agricultura, o subsecretário Gustavo Augusto, tem a
349 intenção voltada para que este comitê pense no sistema de compras públicas no
350 distrito Federal, é comitê que tem tudo para alavancar esta discussão. A conselheira
351 Elisabetta falou a respeito do que foi sugerido a criação de uma comissão
352 permanente, sugeriu preparação de um momento nas plenárias futuras ou até
353 mesmo no plano da Capacitação dos conselheiros, um momento e voltar na
354 discussão já feitas no Consea, de como podemos nos organizar como conselho para
355 executar a missão de participação e controle social, e assim no âmbito destas
356 discussões mais amplas, formar novas decisões em relação à criação de grupos de
357 trabalhos e comissões, para evitar de ter um conjunto de GTs e comissões que não
358 conseguem fazer um trabalho de maneira efetiva. No caso da complexidade no
359 processo das compras e administrativo, voltando no Comitê Técnico que a Bianca
360 Lazarini mencionou no âmbito da CAISAN, é um espaço absolutamente legítimo
361 para que esta discussão seja feita com o compromisso de quem pode resolver o
362 problema, que são pessoas dentro do executivo dialogando com o legislativo e
363 judiciário quando for necessário, e o Consea com certeza tem interesse de ter um
364 acento dentro deste GT. Quanto a EM, ela dialoga em todo o cotidiano de quem
365 estar hoje responsável pela execução este programa, os seus parceiros da
366 agricultura e produtores da agricultura familiar, e tentando mostrar a realidade de
367 quem está nas escolas, diretores e os estudantes que são os responsáveis este
368 programa existir, que tem uma série de desafios. Estão relacionadas inúmeras

369 propostas e sugestões, então a proposta da EM, a SE/Consea DF vai enviá-la a
370 todos(as) conselheiros(as) com prazo de respostas para que possa ter uma versão
371 final e assim enviada ao Governador. E, assim por unanimidade, ficando aprovado
372 pela plenária. José Alves, falou que não pode faltar neste documento uma sugestão
373 ao Governador, que necessário que faça um estudo da aquisição, das compras
374 institucionais que como a Bianca Lazarini falou não se pode comprar alimentos
375 como se comprar canetas e resma de papel. A presidente passou para Hérmanos
376 Machado, que antes de entrar no item 8 da pauta, comentou lembrando que
377 quando o GT estabeleceu a criação de vários GTs para iniciar os trabalhos do
378 Consea, ficou definido que se o grupo notasse a necessidade de criar uma câmara
379 permanente, poderia ser criada. Passando agora para aprovação da lista de
380 entidades para participação das plenárias do Consea DF, que são entidades
381 convidadas que tem direito a voz e não a voto, tem algumas entidades que faziam
382 parte do Consea e que foram retiradas. Foram listadas algumas entidades, que se
383 forem aprovadas, vão participar das plenárias do Consea-DF como convidados, sem
384 direito a voto mas com direito a voz. Elisabetta falou qual o interesse da
385 participação do BRB dentro do Consea, e Hérmanos respondeu que não tem
386 nenhum representante do BRB para responder, mas que eles eram conselheiros do
387 Consea e que há um projeto com parceria do BRB para ponto de conveniência
388 dentro dos RCs. Hérmanos Machado foi colocando uma a uma em votação, para
389 aprovação: Embrapa; Emater-DF; BRB; FETRAF e Banco de Alimentos do Distrito
390 Federal. Todas foram aprovadas pelo Pleno. ficando cada uma delas, aprovadas
391 pela plenária para participação dando suas sugestões e colaborações, lembrando
392 sem direito a voto. Passou para a conselheira Anelise Rizzo que é coordenadora do
393 GT- Capacitação do Consea-DF, para elaborar a proposta de Capacitação e
394 Formação dos Conselheiros, falou que enviou um e-mail para SE/Consea-DF para
395 ser encaminhado a todos(as) conselheiros para compartilhar a proposta construída
396 pelo grupo. O grupo pensou na capacitação da seguinte forma, que fossem 03 dias
397 de trabalho, numa metodologia de imersão em um hotel fazenda, e todos
398 receberam um folder que é uma das possibilidades de hotel que a Secretaria
399 Executiva vem trabalhando como alternativa, para que possamos estar concentrado
400 com o grupo trabalhando o conteúdo que esta sendo elaborado. O conteúdo tem
401 três eixos de trabalho: o primeiro trata do Direito Humano à Alimentação Adequada
402 mais a perspectiva de conceito e significado; o segundo de Gestão Pública e
403 Controle Social; e o último do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
404 (SISAN). A metodologia da capacitação está fundamentada sobre a pedagogia de
405 problematização de metodologias ativas e vai trabalhar com estudos de casos, e

406 esta imersão de 03 (três) dias em um local específico, afastados de suas rotinas e
407 cotidiano, vai facilitar a aproximação de criação de vínculo, e trazer este conteúdo
408 para um contexto mais apropriado de reflexão, então, esta é a proposta para o
409 conselho avaliar. Finalizou apresentando todas do grupo técnico do Observatório de
410 Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição-OPSAN que tem projeto articulado com
411 a SEDEST, e que elaborou a proposta, trabalhou sistematicamente na elaboração
412 da metodologia, são elas: Camilla Ceylão, Giselle Garcia, Bruna Nunes e Iara
413 Campos. Passou para o Hérmãos Machado que iniciou falando que já tem uma
414 data referência, para ser elaborado o Termo de Referência, foi informado a data de
415 13, 14 e 15 de setembro, e para o processo de licitação foi solicitada 03 (três)
416 propostas (cotações) de entidades, entre elas o Hotel Fazenda Paraíso o qual foi
417 feita uma visita. Está dependendo da aprovação do Conselho para prosseguimento,
418 junto à secretaria. A presidente informou que não vai haver ônus para os
419 conselheiros, e pede para colocarem estas datas na agenda. Elisabetta passou a
420 sugestão, como vão estar em imersão, pode aproveitar o período da noite para
421 fazer uma atividade que gere discussão, podendo finalizar após o almoço no
422 domingo e se a única alternativa de data é esta, 13, 14 e 15 de setembro. Anelise
423 Rizzo falou que ainda não tem sido fechado a data é só uma referência, e falou que
424 pode sim aproveitar a sugestão dada. Hérmãos lembrou que a capacitação vai ser
425 com 80 pessoas, conselheiros e gestores de SAN do Distrito Federal. Anelise falou
426 que o consea poderia emitir um convite, para facilitar na liberação, dispensa do dia
427 de trabalho de sexta-feira, que é um dia de trabalho normal, sendo o primeiro dia
428 da capacitação. Hérmãos falou que vai ter um ônibus a disposição para levar os
429 conselheiros, e perguntou a plenária se estavam de acordo com a proposta
430 apresentada para a capacitação dos conselheiros. Não houve contestações e foi
431 aprovada a proposta. Hérmãos passou para Camila explicar o projeto da
432 Cootaquara. Ela salientou que todos estes projetos que estão em fase de
433 construção, tem o apoio da CEASA/Banco de Alimentos, vai utilizar as URDA's no
434 PAA/CONAB, estando com parceria com o Banco de Alimentos. Sendo a Cootaquara
435 um destes projetos e estar com urgência na aprovação deste parecer. Lúcio Flávio
436 ressaltou que as entidades que são beneficiárias do PAA/CONAB, são entidades do
437 Distrito Federal, e que também fazem demanda sobre o Banco de Alimentos, para
438 fornecimento de alimentos, então, apesar de não estar passando por este
439 instrumento de estado, esta entidade vai ser beneficiada com a disponibilidade
440 destes alimentos dentro do PAA/CONAB. Hérmãos perguntou se todos estavam
441 esclarecidos e poderia colocar em aprovação. Não houve dúvidas foi aprovado o
442 parecer PAA/CONAB. Camila disse que há outros projetos que serão encaminhados

443 os pareceres para o conselho. Ficou a secretaria executiva de encaminhar para
444 Emater a agenda do conselho. Passou para o último ponto, formação do GT –
445 Equipamentos Públicos de SAN, com foco nos restaurantes comunitários, ficando
446 formado pela SUBSAN, CAISAN, Lúcio Flávio da SEAGRI, Elza Caetano da CODHES,
447 Mara Saleti do CRN, José Boaventura Teixeira da Cáritas Brasileira, Maria do
448 Socorro do CDRS, Gildete Soares da Pastoral da Criança do Distrito Federal e Ana
449 Maria Melo da Pastoral da Pessoa Idosa. Seguindo para a palavra dos conselheiros.
450 Cleusa Maria teve uma dúvida, fez uma pergunta para Zorilda, se tem som nos
451 restaurantes comunitários. Zorilda passou para Andrielle Oliveira que respondeu
452 que tem sim, sendo previsto em contrato e que as empresas tem que fornecer
453 estes equipamentos. Ana Maria Campani sugeriu que os membros do CONSEA-DF,
454 que ainda não viram, que vissem o vídeo, Muito Além do Peso, disponível no
455 youtube, que tem a participação da conselheira Elisabetta Recine. O Conselheiro
456 André Luís, representante do Consea – DF no CGMARF – Comitê Gestor das Cestas
457 para Matrizes Africanas, informou que na última reunião do CGMARF, ficou decidido
458 que a prestação de contas será trimestral, diferente da SEPIR Nacional que é anual.
459 E que a verba para aquisição dos kits, das cestas, acabou, mas que a distribuição
460 não vai cessar, só que sendo feita de outro modo, receberam os alimentos em
461 fardos, então, quem garante que no manuseio para o fracionamento destes
462 alimentos, vai persistir a qualidade destes alimentos, este modo, vem solicitar que
463 este Conselho peça apoio ao Consea Nacional, para formulação de um documento,
464 solicitando ao SEPIR Nacional, para receberem estes alimentos já fracionados, as
465 cestas prontas. A conselheira Elisabetta Recine que integra o Consea Nacional,
466 respondeu que o próprio Consea-DF, pode comunicar de maneira formal ao SEPIR
467 Nacional, ele tem esta prerrogativa. E fez a sugestão que a presidente na próxima
468 reunião Comissão de presidentes dos Conseas Estaduais, levar esta comunicação
469 do Consea DF apontando o tema que o conselheiro André Luís levantou e pedir este
470 apoio. Mariana Martins pediu que a presidente que encaminhe um documento
471 solicitando a Secretaria da Saúde a indicação do suplente. A presidente Abigail
472 Ferreira, agradeceu a presença e participação de todos(as), dando por encerrada a
473 plenária.